



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 7.426-B, DE 2017

(Do Sr. Rômulo Gouveia)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para tornar obrigatória a elaboração de estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência; tendo parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pela aprovação (relator: DEP. CABO SABINO); e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (relator: DEP. CABO SABINO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para tornar obrigatória a elaboração de estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência.

Art. 2º Acrescente-se o seguinte art. 92-A à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

“Art. 92-A. O Poder Público deverá elaborar, no mínimo anualmente, estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência. ”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo oferecer uma proposta simples, mas importante, no conjunto das ações de enfrentamento aos abusos cometidos contra as pessoas com deficiência: obrigar que o Poder Público elabore estatísticas sobre a violência cometida contra pessoas com deficiência.

Entendemos que é necessário um momento para que as ações de enfrentamento à violência cometida contra as pessoas com deficiência passem por uma intensificação. Para isso, nada melhor do que a elaboração de estatísticas para que se tenha um diagnóstico do problema e para que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra essa parte da população possam ser orientadas no sentido de obter os melhores resultados.

Nossa intenção é que haja uma mobilização dos entes federados nesse sentido. Para tanto, incluímos dispositivo na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, de forma que a elaboração de estatísticas se torna obrigatória, e que os levantamentos devem ser realizados anualmente.

Sob o nosso ponto de vista, essa é uma ação singela, mas fundamental, para que melhoremos as condições de segurança das pessoas com deficiência e orientemos o emprego de recursos, reestruturando as políticas de acordo com dados seguros produzidos pelos Municípios, pelos Estados e pela União.

Tendo em vista o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 2017.

Deputado **RÔMULO GOUVEIA**
PSD/PB

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC</p>
--

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO II
PARTE ESPECIAL

TÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 92. É criado o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência, bem como das barreiras que impedem a realização de seus direitos.

§ 1º O Cadastro-Inclusão será administrado pelo Poder Executivo federal e constituído por base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos.

§ 2º Os dados constituintes do Cadastro-Inclusão serão obtidos pela integração dos sistemas de informação e da base de dados de todas as políticas públicas relacionadas aos direitos da pessoa com deficiência, bem como por informações coletadas, inclusive em censos nacionais e nas demais pesquisas realizadas no País, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

§ 3º Para coleta, transmissão e sistematização de dados, é facultada a celebração de convênios, acordos, termos de parceria ou contratos com instituições públicas e privadas, observados os requisitos e procedimentos previstos em legislação específica.

§ 4º Para assegurar a confidencialidade, a privacidade e as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência e os princípios éticos que regem a utilização de informações, devem ser observadas as salvaguardas estabelecidas em lei.

§ 5º Os dados do Cadastro-Inclusão somente poderão ser utilizados para as seguintes finalidades:

I - formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas para a pessoa com deficiência e para identificar as barreiras que impedem a realização de seus direitos;

II - realização de estudos e pesquisas.

§ 6º As informações a que se refere este artigo devem ser disseminadas em formatos acessíveis.

Art. 93. Na realização de inspeções e de auditorias pelos órgãos de controle interno e externo, deve ser observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e das normas de acessibilidade vigentes.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.426, de 2017 (PL 7.426/2017), de autoria do Deputado Rômulo Gouveia, visa acrescentar dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para tornar obrigatória a elaboração de estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência.

Sua justificação repousa na necessidade de o Poder Público possuir um diagnóstico preciso acerca do tema da violência contra esse segmento vulnerável de nossa sociedade, “para que melhorem as condições de segurança das pessoas com deficiência e orientemos o emprego de recursos, reestruturando as políticas de acordo com dados seguros produzidos pelos Municípios, pelos Estados e pela União”.

O PL 7.426/2017 foi apresentado em 18 de abril de 2017. O despacho atual prevê a tramitação pelas Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD); de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC – art. 54 RICD). A apreciação será conclusiva nas Comissões, sob regime ordinário de tramitação.

A proposição foi recebida pela CPD em 17 de maio de 2017. No dia 23 do mesmo mês, fui designado Relator no âmbito dessa Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O PL 7.426/2017 foi distribuído para a CPD em função do que prevê o art. 32, XXIII, “b”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Em seu cerne, está a preocupação com a disponibilidade de dados acerca da violência contra a pessoa com deficiência, de forma que o Poder Público seja capaz de melhor direcionar suas políticas para enfrentar esse problema que tem sido cada vez mais disseminado no País.

A aprovação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, representou um avanço efetivo na construção de um sistema de proteção a essa parcela significativa da sociedade brasileira que necessita de maior atenção do Poder Público.

Extratos de seu texto nos permitem concluir que uma de suas preocupações se voltava para a questão da violência (termo negrito):

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, **violência**, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante. [...]

Art. 26. Os casos de suspeita ou de confirmação de **violência** praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se **violência** contra a pessoa com deficiência qualquer ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte ou dano ou sofrimento físico ou psicológico.

Art. 27. [...] Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de **violência**, negligência e discriminação.

No mesmo sentido, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, aprovados, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição, ou seja, com força de emenda constitucional, e internalizados por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, possuem artigo expressamente dedicado ao tema da violência, justificando o destaque abaixo realizado.

Artigo 16

Prevenção contra a exploração, a violência e o abuso

1. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas de natureza legislativa, administrativa, social, educacional e outras para proteger as pessoas com deficiência, tanto dentro como fora do lar, contra todas as formas de exploração, **violência** e abuso, incluindo aspectos relacionados a gênero.
2. Os Estados Partes também tomarão todas as medidas apropriadas para prevenir todas as formas de exploração, **violência** e abuso, assegurando, entre outras coisas, formas apropriadas de atendimento e apoio que levem em conta o gênero e a idade das pessoas com deficiência e de seus familiares e atendentes, inclusive mediante a provisão de informação e educação sobre a maneira de evitar, reconhecer e denunciar casos de exploração, **violência** e abuso. Os Estados Partes assegurarão que os serviços de proteção levem em conta a idade, o gênero e a deficiência das pessoas.
3. A fim de prevenir a ocorrência de quaisquer formas de exploração, **violência** e abuso, os Estados Partes assegurarão que todos os programas e instalações destinados a atender pessoas com deficiência sejam efetivamente monitorados por autoridades

independentes.

4. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para promover a recuperação física, cognitiva e psicológica, inclusive mediante a provisão de serviços de proteção, a reabilitação e a reinserção social de pessoas com deficiência que forem vítimas de qualquer forma de exploração, **violência** ou abuso. Tais recuperação e reinserção ocorrerão em ambientes que promovam a saúde, o bem-estar, o auto-respeito, a dignidade e a autonomia da pessoa e levem em consideração as necessidades de gênero e idade.

5. Os Estados Partes adotarão leis e políticas efetivas, inclusive legislação e políticas voltadas para mulheres e crianças, a fim de assegurar que os casos de exploração, **violência** e abuso contra pessoas com deficiência sejam identificados, investigados e, caso necessário, julgados.

Há, entretanto, passagem ainda mais emblemática na referida Convenção, que vai ao encontro do previsto no PL ora em análise.

Artigo 31

Estatísticas e coleta de dados

1. Os **Estados Partes coletarão dados apropriados, inclusive estatísticos** e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a pôr em prática a presente Convenção. O processo de coleta e manutenção de tais dados deverá:

a) Observar as salvaguardas estabelecidas por lei, inclusive pelas leis relativas à proteção de dados, a fim de assegurar a confidencialidade e o respeito pela privacidade das pessoas com deficiência;

b) Observar as normas internacionalmente aceitas para proteger os direitos humanos, as liberdades fundamentais e os princípios éticos na coleta de dados e utilização de estatísticas.

2. As informações coletadas de acordo com o disposto neste Artigo serão desagregadas, de maneira apropriada, e utilizadas para avaliar o cumprimento, por parte dos Estados Partes, de suas obrigações na presente Convenção e para identificar e enfrentar as barreiras com as quais as pessoas com deficiência se deparam no exercício de seus direitos.

3. Os Estados Partes assumirão responsabilidade pela disseminação das referidas estatísticas e assegurarão que elas sejam acessíveis às pessoas com deficiência e a outros.

Esse trecho não se refere especificamente a dados sobre violência contra as pessoas com deficiência, mas a todos os dados relativos ao segmento. No caso do PL em tela, muito apropriadamente, o nobre Autor direcionou para os casos de violência em vista de sua importância no seio das políticas públicas voltadas para a melhora de vida desses brasileiros.

Para se ter uma ideia do grau de indisponibilidade desse tipo de dado, registra-se que, nos estudos realizados para a elaboração desse parecer, percorremos o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹ e o sítio eletrônico do Mapa da Violência². Esses são duas das maiores referências não estatais de dados estatísticos sobre a violência no País e não encontramos menção expressa e organizada voltada especificamente para as pessoas com deficiência.

Buscamos, ainda, informações em sites governamentais, de modo especial no da extinta Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, hoje, Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, subordinada ao Ministério dos Direitos Humanos (Medida Provisória nº 782, de 2017, art. 36, II). Da mesma maneira, não encontramos informações organizadas e sistematizadas acerca da violência contra pessoas com deficiência.

Nesse compasso, louvo a coragem do Autor e subscrevo seus esforços no sentido de reforçar o sistema de proteção das pessoas com deficiência, buscando tornar obrigatório ao poder público a consolidação de estatísticas acerca do tema da violência contra esses seres humanos.

Ante todo exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do PL 7.426/2017, solicitando apoio aos demais pares.

Sala da Comissão, em 4 de julho de 2017.

Deputado CABO SABINO

Relator

¹ Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2017.

² Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 7.426/2017, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Cabo Sabino.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Cabo Sabino - Presidente, Zenaide Maia - Vice-Presidente, Carlos Gomes, Eduardo Barbosa, Otavio Leite, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosinha da Adefal, Subtenente Gonzaga, Carmen Zanotto, Erika Kokay, Geraldo Resende, Lobbe Neto, Professor Victório Galli e Zé Augusto Nalin.

Sala da Comissão, em 5 de julho de 2017.

Deputado CABO SABINO
Presidente

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.426, de 2017, nas palavras do seu Autor, o nobre Deputado RÔMULO GOUVEIA, visa, pela inclusão do art. 92-A na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no conjunto das ações de enfrentamento aos abusos cometidos contra as pessoas com deficiência, a fazer com que o Poder Público elabore, no mínimo anualmente, estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência.

Destaca a necessidade da “elaboração de estatísticas para que se tenha um diagnóstico do problema e para que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra essa parte da população possam ser orientadas no sentido de obter os melhores resultados”, de modo que “haja uma mobilização dos entes federados nesse sentido”, o que será fundamental para que sejam melhoradas as condições de segurança das pessoas com deficiência e seja orientado “o emprego de recursos, reestruturando as políticas de acordo com dados seguros produzidos pelos Municípios, pelos Estados e pela União”.

Apresentada em 21 de junho de 2017, a proposição, em três do mês seguinte, por despacho da Mesa Diretora, foi distribuída à apreciação da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (mérito), Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (mérito) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD), em regime de tramitação ordinária, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

A proposição veio a esta Comissão de Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado após ter recebido parecer favorável da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Aberto o prazo de cinco sessões, a partir de 17 de julho de 2017, para a apresentação de emendas, este se encerrou em 09 de agosto de 2017 sem a apresentação de emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Na forma do disposto no Regimento Interno desta Casa (artigo 32, XVI, **b**), cabe a esta Comissão Permanente a análise, quanto ao mérito, de matérias atinentes à violência rural e urbana.

Estatísticas norte-americanas revelam que as pessoas com deficiência são vítimas de abuso em maiores proporções do que as pessoas da população em geral, informando que as pessoas com deficiência têm 2,5 mais chances de serem vítimas de abuso sexual e 4 a 10 vezes maior probabilidade de terem experienciado maus-tratos infantis.

O presente estudo afirma, ainda, que nove fatores explicariam tal aumento de risco: a) aumento de dependência de outras pessoas para cuidados a longo prazo; b) negação de direitos humanos, resultando em uma percepção de ausência de poder tanto pela vítima quanto pelo agressor; c) percepção de menor risco de ser descoberto por parte do agressor; d) dificuldades da vítima em fazer com que os outros acreditem em seus relatos; e) menor conhecimento por parte da vítima do que é adequado ou inadequado em termos de sexualidade; f) isolamento social, aumento do risco de ser manipulado por outros; g) potencial para desamparo e vulnerabilidade em locais públicos, h) valores e atitudes mantidos por profissionais na área de educação especial em relação à inclusão, sem considerar a capacidade do indivíduo de autoproteção e i) falta de independência econômica por parte da maioria dos indivíduos portadores de deficiência mental.

Hoje, o Brasil possui uma grande lacuna quanto às estatísticas referentes à violência cometida contra as pessoas com deficiência, ferindo, inclusive, compromissos internacionais assumidos pelo País em face da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, e aprovados, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, sabendo-se que o art. 31 do referido ato internacional determina que “os Estados Partes coletarão dados apropriados, inclusive estatísticos e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a pôr em prática a presente Convenção”.

Em face do exposto, este Relator se manifesta, no **MÉRITO**, pela **APROVAÇÃO** do PL 7.426/2017.

Sala da Comissão, em 6 de setembro de 2017.

Deputado Cabo Sabino
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião extraordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 7.426/2017, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Cabo Sabino.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Capitão Augusto - Presidente; Delegado Edson Moreira, Givaldo Carimbão e Alberto Fraga - Vice-Presidentes, Arnaldo Faria de Sá, Delegado Éder Mauro, Eduardo Bolsonaro, João Campos, Keiko Ota, Laudívio Carvalho, Marcos Reategui, Onyx Lorenzoni e Rocha - Titulares; Alexandre Baldy, Cabo Sabino, Delegado Waldir, Fernando Monteiro, Hugo Leal, João Rodrigues, Julio Lopes, Lincoln Portela, Major Olímpio, Marcelo Delaroli, Pedro Chaves, Sergio Souza e Silas Freire - Suplentes.

Sala da Comissão, em 13 de setembro de 2017.

Deputado CAPITÃO AUGUSTO
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
